

**- Deliberação n.º 284/AML/2019 - Recomendação 074/01 (PEV)** - Apresentada no âmbito da apreciação da Moção n.º 073/01 (CDS-PP) - «Acesso aos Serviços da Loja do Cidadão nas Laranjeiras» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV  
pág. 1368 (267)

**- Deliberação n.º 285/AML/2019 - Recomendação n.º 075/01 (3.ª CP)** - Resultante do Parecer da 3.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 22/2018 - «Em defesa do Miradouro da Senhora do Monte» - Subscrita pela 3.ª Comissão Permanente  
pág. 1368 (268)

**- Deliberação n.º 286/AML/2019 - Recomendação n.º 068/04 (4.ª CP)** - Resultante do Parecer da 4.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 18/2018 - «Obras de ampliação da Casa dos Animais de Lisboa (CAL)» - Subscrita pela 4.ª Comissão Permanente  
pág. 1368 (268)

**- Deliberação n.º 287/AML/2019 - Recomendação n.º 073/03 (PEV)** - «Regulamentação e atribuição do Suplemento de Risco, Insalubridade e Penosidade» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV  
pág. 1368 (269)

**- Deliberação n.º 288/AML/2019 - Recomendação n.º 064/01 (CDS-PP) - Nova Versão** - Criação de locais de paragem de curtíssima duração junto aos estabelecimentos de ensino - Zonas «Kiss & Ride» - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP  
pág. 1368 (270)

**- Deliberação n.º 289/AML/2019 - Proposta n.º 384/CM/2019** - Aquisição pelo Município de duas (2) frações autónomas, sitas na Rua José Estêvão, 83 a 83-B e 83-C a 83-F, por exercício do direito legal de preferência, nos termos da proposta - Subscrita pelos Senhores Vereadores Manuel Salgado e Miguel Gaspar  
pág. 1368 (270)

**- Deliberação n.º 290/AML/2019 - Proposta n.º 334/CM/2019** - Permuta do antigo lote municipal n.º 11, sito na Rua Olivério Serpa, atualmente propriedade de Sociedade de Construções Eurico & Isidro, Ltd.ª, pela parcela de terreno municipal para construção, sita na Rua André de Resende, s/n.º, freguesia de Benfica, para dar cumprimento ao estipulado na «Revisão do Plano de Pormenor da Zona Envolvente ao Mercado de Benfica», nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado  
pág. 1368 (383)

**- Deliberação n.º 291/AML/2019 - Proposta n.º 336/CM/2019 - Ponto 1 da parte deliberativa** - Adesão do Município de Lisboa à Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva  
pág. 1368 (397)

**- Deliberação n.º 292/AML/2019 - Recomendação n.º 075/02 (6.ª CP)** - Resultante do Parecer da 6.ª Comissão Permanente sobre a Proposta n.º 336/CM/2019 - Subscrita pela 6.ª Comissão Permanente  
pág. 1368 (410)

**- Deliberação n.º 293/AML/2019 - Proposta n.º 338/CM/2019** - Repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais para os anos económicos de 2019, 2020, 2021 e 2022, relativos ao procedimento para «Aquisição de serviços de fornecimento de dados para a monitorização de parâmetros ambientais (qualidade do ar e ruído), de tráfego e meteorológicos da cidade de Lisboa», nos termos da proposta - Subscrita pelos Senhores Vereadores José Sá Fernandes e Miguel Gaspar  
pág. 1368 (410)

76.ª Reunião - 47.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2019/06/27:

**- Deliberação n.º 294/AML/2019 - Recomendação n.º 076/01** - Resultante do Parecer da 3.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 21/2018 - «Não à descaracterização do Bairro de Alfama/São Vicente de Fora! Petição presencial contra as novas edificações do projeto Santa Clara na Rua do Paraíso» - Subscrita pela 3.ª Comissão Permanente  
pág. 1368 (413)

**- Deliberação n.º 295/AML/2019 - Proposta n.º 389/CM/2019** - Transferência, em 2019, para os Órgãos do Município de Lisboa, assim como o acordo prévio do Município de Lisboa, enquanto Membro da Área Metropolitana de Lisboa, para assunção também em 2019 por parte daquela Área Metropolitana, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no domínio da Educação, e no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, no domínio do Transporte em Vias Navegáveis Interiores, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva  
pág. 1368 (413)

**- Deliberação n.º 296/AML/2019 - Recomendação n.º 076/02** - Resultante do Parecer das 1.ª, 7.ª e 8.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 389/CM/2019 - Submeter à Assembleia Municipal de Lisboa, a transferência, em 2019, para os Órgãos do Município de Lisboa, assim como o acordo prévio do Município de Lisboa, enquanto Membro da Área Metropolitana de Lisboa, para assunção também em 2019 por parte daquela Área Metropolitana, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no domínio da Educação, e no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, no domínio do Transporte em Vias Navegáveis Interiores - Subscrita pelas 1.ª, 7.ª e 8.ª Comissões Permanentes  
pág. 1368 (416)

76.<sup>a</sup> Reunião - 47.<sup>a</sup> Sessão Extraordinária - Realizada em 2019/06/27

---

**Tema 3 - Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais**

---

**Subtema: Urbanismo**

**DELIBERAÇÃO Nº 294/AML/2019**

**Recomendação nº 076/01 (3ª CP) – Resultante do Parecer da 3ª Comissão Permanente sobre a Petição 21/2018 - “Não à descaracterização do Bairro de Alfama/São Vicente de Fora! Petição presencial contra as novas edificações do projeto Santa Clara na Rua do Paraíso”.**

Subscrita pela 3ª Comissão Permanente.

**Aprovada por maioria**, com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ CDS-PP/ 10 IND – **Abstenção:** PCP/ / BE / PAN/ PEV.

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário.)

(Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)

**Teor da Deliberação:**

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

“1. Devem ser acautelados, pela CML, os mecanismos para o mais fácil, acessível e simples acesso por parte dos cidadãos à consulta de processos, assim como a disponibilização de todos os elementos com estes relacionados;

2. Devem ser, sempre que possível, desenvolvidos por iniciativa da CML processos de consulta pública aos cidadãos sobre quaisquer operações urbanísticas, ainda que não obrigatórios por lei, sempre que pela sua natureza tenham significativo impacto nas populações ou permitam um maior envolvimento dos cidadãos em matérias que lhes digam respeito;

3. Possa desenvolver um modelo digital que possibilite verificar previamente quer as vistas, quer o sombreamento, de uma nova edificação a implantar num determinado tecido urbano.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<https://www.am-lisboa.pt/302000/1/012410,000419/index.htm>).

**DELIBERAÇÃO Nº 295/AML/2019**

**Proposta n.º 389/CM/2019 – Transferência, em 2019, para os órgãos do Município de Lisboa, assim como o acordo prévio do Município de Lisboa, enquanto membro da Área Metropolitana de Lisboa, para assunção também em 2019 por parte daquela Área Metropolitana, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no domínio da Educação, e no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, no domínio do Transporte em Vias Navegáveis Interiores, nos termos da proposta.**

Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva.

**Aprovada por maioria**, com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ 7 IND – **Contra:** PCP/ BE/ PEV/ / 1 IND - **Abstenção:** CDS-PP/ PAN/ MPT/ 1 IND.

(Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independentes da Sala de Plenário.)

**PROPOSTA N.º 389/2019**

**Aprovar submeter à Assembleia Municipal a transferência, em 2019, para os órgãos do Município de Lisboa, assim como o acordo prévio do Município de Lisboa, enquanto membro da Área Metropolitana de Lisboa, para assunção também em 2019 por parte daquela Área Metropolitana, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no domínio da Educação, e no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, no domínio do Transporte em Vias Navegáveis Interiores**

Considerando que:

- I.** O XXI Governo Constitucional reconhece que as Autarquias Locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, pretendendo reforçar as competências dos Municípios e entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização e de subsidiariedade, tendo consagrado no respetivo Programa do Governo o alargamento da sua participação nos diversos domínios de atuação do Estado;
- II.** Através da Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram estabelecidos os princípios gerais da transferência de competências para os Municípios, Freguesias e Entidades Intermunicipais;
- III.** As novas competências, concretizadas através de diplomas de âmbito setorial, irão reforçar e aprofundar a autonomia local, respeitando os princípios da subsidiariedade e da descentralização administrativa como base da reforma do Estado e cumprindo, assim, o Programa do XXI Governo Constitucional;
- IV.** Entretanto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências no domínio da educação para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, procedendo ao reforço das áreas anteriormente descentralizadas para os municípios, para além de lhes conferir novas competências, e definindo, ainda, as competências das autarquias locais e entidades intermunicipais nas vertentes de planeamento, investimento e gestão dos recursos humanos, financeiros e património a transferir para cada município;
- V.** Prevê-se a constituição de uma Comissão técnica de desenvolvimento (cf. artigo 65.º) à qual compete, designadamente, definir e propor fórmulas de financiamento para despesas com equipamento, conservação e manutenção de edifícios e de residências escolares bem como o transporte escolar;
- VI.** Está também prevista a formação de comissões municipais de acompanhamento, que será presidida pelo presidente da Câmara Municipal, contando com elementos do Ministério da Educação e que será extinta após a elaboração e publicação de relatório sobre o balanço anual do desenvolvimento e da evolução das competências transferidas referente ao ano de 2021 (cf. artigo 66.º);
- VII.** Mantêm-se como competências do departamento governamental da área da educação a definição da rede educativa, em articulação com os municípios, as entidades intermunicipais e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, bem como a decisão sobre a contratualização ou cedência da criação e gestão de oferta pública da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário a entidades de natureza privada, cooperativa, solidária ou afim;
- VIII.** O novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação concretiza um modelo de administração e gestão do sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento das ofertas educativas e formativas e na afetação dos recursos públicos no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais;
- IX.** Por sua vez, foi também publicado o Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, que transfere para os órgãos municipais e para os órgãos das comunidades intermunicipais e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto competências nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores;

- X.** Este diploma visa alargar as competências dos municípios, das comunidades intermunicipais e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, já previstas no Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) constante da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, no que ao Município de Lisboa diz respeito, às áreas de jurisdição da Docapesca – Portos e Lotas, S.A.;
- XI.** Com efeito, é da competência dos municípios, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da aludida Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o transporte turístico de passageiros, bem como o serviço público de transporte de passageiros regular, ambos em vias navegáveis interiores, e sempre que se revele necessário, os municípios e as entidades intermunicipais ficam habilitados, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, a aprovar a regulamentação sobre os efeitos da atividade de transporte turístico em vias navegáveis interiores;
- XII.** As competências ora transferidas incluem os serviços públicos de transporte de passageiros regular, ainda que exercidos em áreas sob a jurisdição de qualquer administração ou autoridade marítima e portuária, designadamente quando integrados numa rede de transporte público de passageiros urbana, suburbana ou regional;
- XIII.** A transferência das competências relativas ao serviço regular de transporte de passageiros assegurado ao abrigo de uma concessão detida pelo Estado ou por entidade do setor empresarial do Estado depende, nos termos conjugados do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, e, bem assim, na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RJSPTP, de processo negocial específico desencadeado por iniciativa do concedente ou da entidade local territorialmente competente;
- XIV.** São igualmente transferidas competências em matéria de transportes turísticos locais entre municípios limítrofes ou no âmbito da mesma comunidade intermunicipal ou área metropolitana, excluindo-se o transporte turístico local que abranja mais do que uma comunidade intermunicipal;
- XV.** Em matéria de recursos humanos e financeiros, estabelece-se no artigo 5.º do aludido Decreto-Lei n.º 58/2019, que os trabalhadores que estejam afetos a atribuições e ao exercício de competências transferidas podem vir a exercer funções nos municípios, mediante acordo de cedência de interesse público, e que o financiamento dos custos associados a esta transferência de competências será efetuado através do Fundo para o Serviço Público de Transportes a que se reporta o artigo 12.º do RJSPTP, no âmbito das suas finalidades de apoio ao funcionamento e capacitação das autoridades de transportes;
- XVI.** Assim, esta nova transferência de competências não coloca em causa a natureza pública das políticas e assegura a universalidade do serviço público, estando o Município de Lisboa em condições de assumir, de forma cabal, as competências previstas nos Decretos-leis setoriais suprarreferidos.

**Tenho a honra de propor, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, do n.º 2 do artigo 30.º e do artigo 42.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, dos Decretos-Leis de âmbito setorial acima identificados e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:**

1. Submeter à Assembleia Municipal a transferência para os órgãos do Município de Lisboa, em 2019, das competências nos domínios da educação e do transporte de passageiros em vias navegáveis interiores, previstas, respetivamente, no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, nos termos que se encontram definidos nestes diplomas legais.
2. Submeter à Assembleia Municipal o acordo prévio do Município de Lisboa ao exercício pelos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa, no ano de 2019, das competências previstas nos Decretos-leis setoriais referidos no número anterior, nos termos em que se encontram definidos naqueles diplomas legais.